

11 CONCLUSÕES SOBRE A COMPROVAÇÃO DA HIPÓTESE DA TESE DE DOUTORADO

Este capítulo tem por objetivo demonstrar que é verdadeira a hipótese apresentada nesta tese de doutorado de que a falta de um projeto político progressista no Estado da Bahia vem impedindo que se utilizem na plenitude os fatores existentes impulsionadores de seu desenvolvimento e se superem seus fatores restritivos e que, em conseqüência, se alcance o necessário desenvolvimento econômico e social.

A análise dos capítulos 8, 9 e 10 permite constatar que, nos últimos 50 anos ficou demonstrada a incapacidade do governo do Estado da Bahia para influenciar: 1) na otimização e melhoria dos fatores de produção existentes (recursos humanos, recursos físicos, recursos de conhecimentos e capital); 2) na adequada dotação de infra-estrutura econômica e social; 3) na expansão da demanda interna e no incentivo ao atendimento da demanda externa de produtos ou serviços; 4) na expansão da estrutura industrial existente e no aumento de sua competitividade; 5) na criação de um ambiente empresarial competitivo que contribua para a inovação de produtos e processos; 6) no fortalecimento dos pólos de crescimento e desenvolvimento existentes e na constituição de zonas ou eixos de desenvolvimento; 7) na utilização do potencial de desenvolvimento endógeno ou local; 8) na criação de condições que permitam promover o crescimento da economia do Estado da Bahia com distribuição de renda e implementar medidas que contribuam para a redução das desigualdades sociais e regionais.

O desenvolvimento econômico e social, que significa transformação, mudança, progresso, criação e distribuição de riqueza, não vem ocorrendo no Estado da Bahia desde a época colonial, porque a grande maioria da população do Estado da Bahia sempre ficou à margem dos frutos das atividades econômicas existentes, conforme ficou evidenciado nos capítulos 6, 7, 8, 9 e 10. Nem mesmo após a industrialização processada na década de 70 com a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari mudou significativamente essa situação. Não houve, portanto, crescimento econômico compatível com as demandas da sociedade, redução das desigualdades sociais e regionais de renda, nem muito menos desenvolvimento sustentável.

O desempenho econômico do Estado da Bahia na década de 1990 foi comprometido não apenas pela falta de um projeto progressista de desenvolvimento no nível estadual, mas também pelos efeitos da política econômica adotada pelo governo federal. Na década de 1990, o governo Fernando Henrique Cardoso fez com que o Brasil se tornasse crescentemente

vulnerável econômica e financeiramente nos planos interno e externo, conforme ficou demonstrado nos capítulos 4 e 5. É óbvio que o agravamento da situação econômica do país teria que contribuir também para o insatisfatório desempenho econômico dos estados brasileiros, entre os quais se situa o Estado da Bahia. Tanto quanto no Estado da Bahia, falta também ao Brasil um projeto progressista de desenvolvimento.

Um projeto político assumiria um caráter progressista no Estado da Bahia se, além de contribuir para o pleno desenvolvimento da economia baiana, promovesse o bem-estar de sua população, isto é, atendesse às demandas sociais e ambientais, além de promover o desenvolvimento de todas as suas regiões; se o desenvolvimento econômico ocorresse simultaneamente com o desenvolvimento social e ambiental, o que só se daria se as decisões das estruturas de poder do Estado fossem compatibilizadas com a vontade da grande maioria da população. Seria a forma de contrabalançar as desigualdades sociais, econômicas e ambientais geradas pelo desenvolvimento do capitalismo na era atual. Só assim seria possível fazer com que um projeto de desenvolvimento assumisse um caráter progressista.

Nos últimos 50 anos de sua história, o Estado da Bahia não foi contemplado com nenhum projeto progressista de desenvolvimento, mesmo nos períodos de crescimento econômico acelerado. Nenhuma das condições acima listadas se realizaram conforme demonstrado nos capítulos 6, 7, 8, 9 e 10, porque a Sociedade Civil organizada, os sindicatos de trabalhadores e os partidos políticos progressistas não adquiriram força suficiente para arrancar do governo e das classes dominantes as concessões necessárias no sentido de viabilizar o desenvolvimento social. O fato do Brasil e do próprio Estado da Bahia ter enfrentado duas décadas de péssimo desempenho econômico contribuiu também para o enfraquecimento dos movimentos sociais.

Na época colonial, durante o Império e a República até o presente momento, o principal traço do desenvolvimento político, econômico e social no Brasil e no Estado da Bahia tem sido o do poder hegemônico exercido pelas oligarquias dominantes. Antes, eram as oligarquias ligadas ao setor primário-exportador e, modernamente, as oligarquias associadas ao capital privado nacional e internacional. São essas oligarquias que detêm o poder estatal e se apropriam da maior parte da renda gerada no Brasil e no Estado da Bahia.

Baseado no que foi exposto nos capítulos anteriores e com esses argumentos, fica, portanto, comprovada a hipótese desta tese de que a falta de um projeto político progressista no Brasil e no Estado da Bahia vem impedindo que se utilizem na plenitude os fatores existentes impulsionadores de seu desenvolvimento e se superem seus fatores restritivos e que, em consequência, se alcance o necessário desenvolvimento econômico e social.